

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÕES (2011 A 2016)

Cleidiane Elias da Silva

Edgar Cândido do Carmo (Orientador)

RESUMO

O artigo se objetiva analisar a indústria têxtil e de brasileira e estudar as evidências de desindustrialização deste setor no período de 2011 a 2016. A análise se baseará nas hipóteses de que a desindustrialização precoce e nociva no Brasil, diferentemente daquela observada em países desenvolvidos, tem como principais fatores a valorização excessiva do câmbio a partir do Plano Real; o processo de abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989 (governo Sarney); o histórico de altos níveis para a taxa de juros; e a falta de investimento direto estrangeiro na indústria. Inicialmente foi feita uma análise das especificidades do setor por meio do Modelo de Estrutura, Conduta e Desempenho (ECD). Em seguida, um panorama sobre os processos de industrialização e desindustrialização brasileira. E por fim, a análise das evidências de desindustrialização do setor. Os resultados analisados mostram que no período em questão, o setor não parece ter sofrido com os efeitos do fenômeno da desindustrialização. Todavia, essa conclusão não pode ser generalizada para toda a indústria de transformação, tendo visto a heterogeneidade dos setores que a compõem.

Palavras-chave: Indústria têxtil e de confecções. Desindustrialização. Taxa de Câmbio. Taxa de juros.

1. INTRODUÇÃO

A indústria têxtil e de confecções é pioneira no processo de industrialização mundial, fato histórico que está diretamente relacionado com a Primeira Revolução Industrial, sendo a Inglaterra a pioneira na produção de tecidos de algodão (HOBBSAWN, 1962). Diante do pioneirismo e tradicionalidade deste setor, este artigo tem como objetivo fazer uma análise setorial apresentando as especificidades desta indústria, além de estudar as evidências do processo de desindustrialização da mesma, no período de 2011 a 2016.

Num cenário em que se ouve recorrentemente sobre o fenômeno da desindustrialização, este trabalho traz as seguintes questões problemas: como se dá a estrutura do setor têxtil e de confecções no Brasil e qual é sua relevância na indústria de transformação e no PIB brasileiro? Diante do processo de desindustrialização, quais foram os impactos sofridos pelo setor analisado e quais foram os impactos sentidos pela indústria e pela economia brasileira de modo geral?

Para dar respaldo a esta análise, parte-se da hipótese de que a desindustrialização precoce e nociva no Brasil, diferentemente daquela observada em países desenvolvidos, tem como principais fatores a valorização excessiva do câmbio a partir do Plano Real; o processo de abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989 (governo Sarney); o histórico de altos níveis para a taxa de juros que faz com que o empresário capitalista – tanto na visão de Marx quanto na de Keynes – compare-a com a taxa de lucro; e por fim, a falta de investimento direto estrangeiro, uma vez que grande parte do total do fluxo do capital estrangeiro tem caráter especulativo (CANO, 2012).

Em termos de metodologia, em um primeiro momento, este estudo se baseará em uma análise de caráter quantitativo-descritivo, visto que se debruça sobre a análise dos dados do setor têxtil e de confecções brasileiro. A análise será respaldada pelo Modelo Estrutura, Conduta e Desempenho, metodologia que permite uma melhor estruturação da análise condicionando um melhor entendimento sobre o funcionamento e as especificidades do setor no Brasil.

No decorrer do trabalho, no que tange a análise do setor frente ao fenômeno de desindustrialização, além de utilizar os métodos quantitativo-descritivos, será necessário a utilização de uma análise qualitativa, uma vez que haverá a interpretação das teorias de desindustrialização com a finalidade de adequá-las ao caso brasileiro, mais precisamente ao setor têxtil e de confecções. A ideia inicial para essa seção estava vinculada ao estudo de análises de regressões econométricas em que fossem estudadas a relação de causalidade entre o valor adicionado da indústria têxtil e de confecções, a taxa de câmbio e a taxa de juros em períodos selecionados. O objetivo era entender como que a taxa de câmbio e taxa de juros impactavam o valor adicionado do setor em questão, a fim de analisar as evidências de desindustrialização do setor.

Todavia, por conta de uma série histórica bastante reduzida do valor adicionado do setor têxtil e de confecção, essa seção se limitará a análise gráfica das variáveis mencionadas. O período de 2011 a 2016, mencionado no parágrafo inicial desta introdução, foi escolhido por conta da padronização da metodologia de coleta e divulgação de dados da Pesquisa Anual Industrial (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 2011.

Os dados utilizados serão, sobretudo, de relatórios setoriais feitos por variadas entidades; das Contas Nacionais e da PIA do IBGE; dos dados disponibilizados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit); e por dados coletados em pesquisas feitas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

O estudo será dividido em três seções: na primeira seção, o estudo irá se atentar à análise das especificidades do setor têxtil e de confecções usando como metodologia o modelo de Estrutura, Conduta e Desempenho (ECD). Em seguida, na segunda seção, passaremos por um breve panorama dos processos de industrialização e desindustrialização, por meio das noções básicas dos modelos de desenvolvimentos adotados pela economia brasileira, e um breve resumo do que os principais autores sobre o tema entendem a respeito do processo de desindustrialização no Brasil. Por fim, teremos na terceira seção, a análise propriamente dita do setor frente ao fenômeno de desindustrialização.

2. O MODELO DE ESTRUTURA, CONDUTA E DESEMPENHO (ECD)

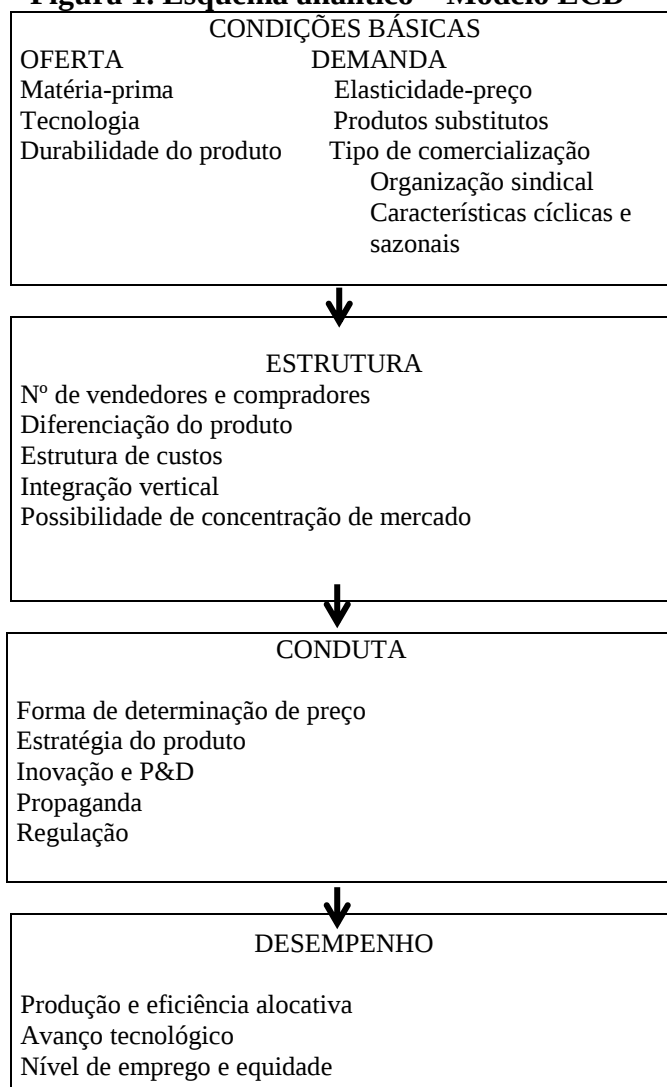
O modelo Estrutura, Conduta e Desempenho se configura como uma das bases do estudo de organização setorial, sendo fundamental para o entendimento da dinâmica e do funcionamento dos diversos setores da economia. Sucintamente, esta abordagem visa explicar a maneira como a estrutura de um setor, que depende de condições básicas como tecnologia e demanda, afetaria a sua conduta e seu desempenho (CARLTON; PERLOFF, 1999).

O modelo ECD nasce da insatisfação dos economistas com os modelos neoclássicos de equilíbrio parcial e geral para o tratamento da competição de mercados, justamente no momento em que nasciam os sistemas industriais da segunda metade do século XIX. As principais diferenças entre os modelos neoclássicos e o modelo ECD é que o segundo trabalha na tentativa de aproximar os termos teóricos da realidade, na expectativa de superar a estética neoclássica buscando um processo dinâmico da realidade, além disso, leva em consideração fatos históricos

observados como, por exemplo, questões institucionais que podem afetar o comportamento do setor em análise. O modelo ECD se opõe à ideia de competição perfeita, introduzindo uma nova concepção de mercado onde a indústria possui firmas de diferentes tamanhos e que produzem produtos com características diferenciadas (SANTOS,1996).

Para Martin (1993), os aspectos estruturais de cada setor estão inicialmente condicionados às condições básicas de oferta e demanda, como tecnologia empregada no setor e os tipos de comercialização definidos pelas forças de demanda. A relação entre oferta e demanda de cada setor é o elemento básico para a estruturação do mercado, por meio da definição do número de firmas vendedoras e compradoras. Nesse sentido, as estratégias adotadas pelas firmas do setor definem a estrutura de competição do mercado, o que pode interferir na concentração do mesmo. Ainda segundo o autor, a estrutura do mercado reflete em condutas de formação de preços e diferenciação de produtos, o que define o desempenho do setor.

Figura 1. Esquema analítico – Modelo ECD



Fonte: Adaptado de Scherer e Ross (1990)

O modelo ECD tem como objetivo entender a dinâmica dos diversos setores da economia por meio da identificação da relação de causalidade entre as variáveis econômicas que fazem parte

da sua composição de tal modo que a sua estrutura determine a conduta e desempenho de suas firmas. Desse modo, segundo Santos (1996, p.12):

a estrutura afeta a conduta, a qual seria caracterizada por: tipo de formação de preços, estratégias de produto, nível de investimento em pesquisa e inovação, entre outros. Assim, de um lado, as estratégias de definição de preços podem por si mesmas, resultar em barreiras à entrada de outras firmas no mercado e de outro, o comportamento dos preços pode influenciar as condições básicas de oferta e demanda pela redução do número de substitutos disponíveis. Ademais, os elementos, que compõem a estrutura de mercado, a exemplo do grau de diferenciação do produto, têm potencial para alterar a elasticidade-preço da demanda.

No presente trabalho, haverá a aplicação do Modelo Estrutura, Conduta e Desempenho (ECD) no que tange a dinâmica e funcionamento do setor têxtil e de confecções brasileiro, com a finalidade de obter o melhor entendimento sobre o setor.

2.1 A indústria têxtil e de confecções sob a ótica do modelo ECD

2.1.1 As condições básicas de oferta e demanda

O setor em análise compreende a fabricação e comercialização de produtos têxteis e de confecções como fiação, malharia, têxteis em geral e toda a parte de vestuário (FALIS,2017). Suas condições básicas de oferta estão relacionadas às matérias-primas utilizadas pelo setor, a tecnologia empregada, durabilidade do produto e a sua organização sindical.

Como matéria prima, o setor utiliza fibras naturais ou químicas. As naturais, podem ser de origem animal ou vegetal (algodão, juta, linho, seda e lã) e representam 58,7% das fibras consumidas pelo setor. As químicas englobam as fibras artificiais e sintéticas no geral (raiom viscosa, raiom acetato, nylon, poliéster, acrílico e polipropileno) (DEPEC– BRADESCO, 2017).

O setor é caracterizado por ter um baixo nível de investimento em tecnologia, o que configura um ponto negativo para a produção. A produção é intensiva em mão de obra, em sua grande maioria mal qualificada (BANCO DO NORDESTE, 2017). A grande incidência de trabalho informal no setor de confecções, dificulta o investimento em sistemas modernos de base tecnológica, o que justifica, em parte, o baixo nível de investimento no setor em geral (LAFIS,2016).

A indústria têxtil e de confecções produz bens de consumo não duráveis, sendo os tecidos de algodão – e toda a produção associada a ele – considerados de maior durabilidade do que os tecidos de demais origens.

No que diz respeito à sindicalização, o setor não se depara com um sindicato dos trabalhadores bem estruturado. Por outro lado, os sindicatos das empresas da indústria têxtil possuem representatividade, defendendo seus interesses no setor. Exemplos desses sindicatos patronais são o SINDTÊXTIL-SP e o SINTEX-RJ (ABIT,2017).

As condições básicas de demanda dizem respeito a elasticidade-preço da demanda e a relação com os produtos substitutos, o tipo de comercialização exercida e as características sazonais dos produtos.

A demanda, assim como a taxa de crescimento da indústria têxtil e de confecções é altamente dependente da taxa de crescimento da economia. Por essa razão, a demanda por produtos têxteis é elástica, sendo afetada diretamente pela renda.

A elasticidade-preço da demanda desse setor é alta dado a grande quantidade de substitutos, sobretudo daqueles produtos importados da China, maior exportador de têxteis do mundo (BANCO DO NORDESTE, 2017).

Dentro do país, a comercialização dos produtos do setor possui diversos canais, sendo eles: lojas físicas e virtuais, catálogos, porta a porta e outros (SEBRAE, 2017).

Segundo um estudo feito pelo DEPEC-BRADESCO (2017) acerca do setor têxtil e de confecções, a produção do setor é direcionada de acordo com as tendências de moda e com a época de consumo sazonal, que se divide em primavera/verão – de novembro a abril – e outono/inverno – de maio a outubro.

2.1.2 Estrutura

Observando separadamente os setores em análise, pode-se notar que apresentam estruturas de mercado diferentes, principalmente, no tocante a quantidade de empresas atuantes em cada um dos setores.

O setor de confecções é considerado um oligopólio competitivo, caracterizado por ter poucas empresas de grande participação, mas por possuir muitas empresas marginais (NAKATA, 1995). Já o setor têxtil está inserido na concorrência monopolista, diante a quantidade de empresas que o compõem.

Em 2016, cerca de 26,7 mil indústrias integravam o setor de confecções no Brasil, enquanto apenas 2,7 mil indústrias faziam parte do setor têxtil (LAFIS, 2016).

O segmento têxtil tem a maior parte dos seus custos com insumos para a produção de malhas e tecidos e com energia elétrica. Já o segmento de confecções possui grande parte de seus custos com mão-de-obra (DEPEC-BRADESCO, 2017). Por essa razão, a valorização salarial dos últimos anos, com aumento do rendimento médio da população, vem aumentando os custos desse segmento (LAFIS, 2016).

O parque industrial têxtil do Brasil apresenta a cadeia produtiva mais integrada do Ocidente no setor, produzindo desde as fibras naturais ou químicas até as confecções finais (LAFIS, 2016).

A cadeia produtiva é dividida em três setores. O primeiro é o de tratamento da matéria prima, que pode ser de fibras de origem natural ou química. O segundo está relacionado a fiação e a tecelagem dos tecidos e seu acabamento. Por fim, o de confecção é responsável pela produção do produto final, que pode ser destinado a produtos para o lar, vestuário e técnicos (acessórios, redes, lonas, entre outros) (BNDES, 2017).

2.1.3 Conduta

Por conduta do setor, entende-se sua forma e estratégia de determinação de preço, sua capacidade inovativa, gastos com propaganda e sua relação institucional com o governo em termos de regulação (BANCO DO NORDESTE, 2017).

Por haver muitas empresas atuando nesse setor, os preços são geralmente determinados pela interação entre oferta e demanda. Como não há um poder de mercado significativo para aumentar a margem de lucro, as empresas agem em termos de reduzir sua estrutura de custo (LAFIS, 2017).

Sobre a inovação, a maior parte está focada em reduzir a quantidade de operações realizadas, tornando o processo mais complexo e rápido (SERRA & ATEM, 1988).

No segmento têxtil, as inovações demandam altos níveis de investimentos, o que como dito anteriormente, apresenta no setor uma certa limitação. A inovação nesse segmento consiste quase em sua totalidade em aumentar a velocidade do processamento dos teares. Na parte de confecções, a inovação se encontra em questões relacionadas a moda e a preferência temporal dos consumidores (ABIT, 2017).

Em relação aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, pode-se concluir que é um setor de baixo nível de investimento nessa área, o que pode ser explicado pelo baixo nível de investimento no setor como um todo.

Em termos de propaganda é comum a prática de criar marcas específicas para um grupo determinado, definido por idade, sexo, classe econômica, entre outros. A Hering, por exemplo, possui em seu portfólio algumas marcas, como a Hering Kids e a PUC, voltadas para o público infantil, e a Hering For You e a DZRAM, voltada para o grupo feminino (LAFIS, 2016).

Os meios de comunicação (televisão, internet, revistas) também são utilizados para divulgação dos produtos desse setor, além da utilização de *outdoors*, *merchandising*, desfile de moda, entre outros.

É um setor que enfrenta grande concorrência dos produtos chineses, e assim é um setor protegido pelo governo em relação às mercadorias estrangeiras. Apesar de taxados, como forma de evitar a venda abaixo do valor no mercado nacional, os produtos têxteis e confeccionados chineses continuam entrando no Brasil por meio de países dos quais não foram impostas tarifas antidumping, como é o caso da Malásia, Vietnã e Indonésia. Além disso, países do Mercosul, como Argentina e Paraguai, também participam desse processo, chamado triangulação de importações (LAFIS, 2016).

2.1.4 Desempenho

De acordo com os dados da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) para o ano de 2017, o faturamento do setor foi de US\$ 45 bilhões, mantendo sua posição de 2º maior empregador da indústria de transformação, perdendo apenas para o setor de alimentos e bebidas.

A indústria têxtil e de confecções brasileira possui o quarto maior parque produtivo de confecções do mundo e é a quinta maior produtora mundial de têxteis (Abit, 2017). Entretanto, sua inserção no comércio internacional ainda é pequena. As importações brasileiras, em 2016, se configuraram como a 26ª maior no ranking, correspondendo a US\$ 4,2 bilhões. Enquanto as exportações, o desempenho é ainda inferior, obtendo somente a 41ª posição no ranking de maiores exportadores. Diante desse cenário, a participação brasileira no comércio mundial de têxteis e de confecções equivale a aproximadamente a 0,3% do total comercializado entre países (FALIS, 2017).

Por meio da 15ª edição do Panorama da Indústria de Transformação Brasileira, estudo realizado pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em parceria com a CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), com os dados mais atuais divulgados na Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE é possível analisar a distribuição do valor adicionado, variável que permite a análise dos setores da indústria de transformação em valores monetários.

Seguindo a classificação feita pela PIA, o setor de “confecções de artigos de vestuário e acessórios” se encontrava na 14ª posição do ranking com R\$ 18.949 milhões de valor adicionado, correspondendo a 2,7% do total da indústria de transformação e 0,4% do PIB. No mesmo ano, “produtos têxteis” se consolidaram na 18ª posição do ranking possuindo R\$ 12.332 milhões de valor adicionado, o que corresponde a 1,7% da indústria de transformação e 0,2%

do total do PIB no ano de 2016. Juntos, os dois grupos somaram R\$ 31.281 milhões de valor adicionado, configurando 4,4% da indústria de transformação e 0,6% do PIB.

Segundo o estudo mencionado acima, outra variável importante para a análise da relevância dos setores da indústria de transformação é o nível de empregos formais gerados por cada um dos setores. Ainda sob a ótica da 16ª edição do Panorama da Indústria de Transformação Brasileira, é possível concluir por meio de dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, para o ano de 2016, que o setor de confecções de artigos de vestuário e acessórios foi o segundo setor que mais empregava na indústria de transformação (8,5% dos empregos formais), ficando atrás apenas do setor de produtos alimentícios (21,8% dos empregos formais da indústria de transformação). O setor de produtos têxteis ficou responsável por 3,7% da geração de empregos formais, o que quando somado ao percentual do setor de confecções, corresponde a 12,2% dos empregos formais da indústria transformação. Em 2017, houve um aumento desse percentual para 16,7%, segundo dados levantados pela Abit. Todavia, é necessário se em ter mente a existência de empregos informais no setor analisado, sobretudo no que diz que respeito à parte de confecções.

3. PANORAMA DOS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

3.1 O Modelo Primário Exportador e o Processo de Substituição de Importações

Segundo a teoria latino-americana do subdesenvolvimento da CEPAL (Comissão Econômica da América Latina e o Caribe), baseada no método de investigação estruturalista, o processo de difusão do progresso técnico observado a partir da Revolução Industrial se deu de forma desigual entre os países, dando origem ao *sistema centro-periferia*. Desta forma, existia entre os países diferentes estruturas econômicas, em que as economias dos países centrais eram caracterizadas por serem homogêneas e diversificadas, enquanto as economias dos países periféricos, heterogêneas e especializadas (ARAÚJO, 2002).

O modelo primário exportador dos países da América Latina, dentre eles o Brasil, legitimava a posição destes países na divisão internacional do trabalho (DIT) como exportadores de produtos básicos, sobretudo commodities, dado a abundância destes recursos nos territórios destes países (RODRIGUES, 1972).

Segundo Tavares (2010), o modelo primário exportador caracterizava-se como modelo de desenvolvimento voltado “para fora” dessas economias, em que a exportação era a variável exógena responsável pela geração de uma grande parcela da Renda Nacional e pelo crescimento da mesma, ou seja, as exportações representavam o centro dinâmico de toda economia. Este tipo de modelo de desenvolvimento, trouxe como consequência a ausência de diversificação da capacidade produtiva interna, fazendo com que o crescimento da economia fosse impulsionado, exclusivamente, pela demanda externa por produtos primários, diferente do que era observado nas economias centrais, onde o crescimento era também impulsionado pelo aumento da produtividade e consequente formação de um mercado interno.

O descasamento entre a estrutura de produção do mercado interno brasileiro e a composição da sua demanda interna, fazia com que o país recorresse ao comércio exterior, por meio das importações. Na pauta das importações brasileiras estavam produtos de bens de consumo duráveis e bens de capital, uma vez que a indústria interna de bens de consumo era de baixo

nível de produtividade e consistia, basicamente, nas indústrias têxtil, calçado, vestuário, móveis, entre outras que surgiram no bojo do próprio modelo exportador (TAVARES, 2010).

A crise de 1929 e as sucessivas guerras subsequentes mudaram o padrão do comércio internacional colocando em prova o modelo então vigente: as economias centrais que importavam os produtos primários das economias periféricas reduziram sua demanda por tais bens, fazendo com que seus preços despencassem no mercado internacional. Diante desse cenário, os países que adotavam o modelo primário exportador se viam impossibilitados de darem continuidade ao seu crescimento voltado “para fora” criando a necessidade de alterar o centro de dinamismo da economia para o mercado interno, como tentativa de superar a extrema dependência do setor externo (RODRIGUES, 1972).

Surge então o que a literatura nomeou de Processo de Substituição de Importações (PSI). Em um cenário de quedas bruscas das receitas de exportação, a capacidade de importar dos países da América Latina reduziu-se drasticamente, dando estímulos para a produção interna. Segundo Tavares (2010, p.45):

Tendo-se mantido em maior ou menor grau o nível de demanda preexistente reduzindo violentamente a capacidade para importar, estava desfeita a possibilidade de um ajuste *ex ante* entre as estruturas de produção e de demanda interna, através do comércio exterior. O reajuste *ex post* se produziu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações, do que resultou um estímulo considerável à produção interna substitutiva.

Em linhas gerais, em um primeiro momento foi utilizada a capacidade produtiva já existente para substituir uma parte dos bens que antes eram importados. Posteriormente, por meio da utilização das receitas de exportações, passou-se a importar bens intermediários e bens de capital a fim de sofisticar a estrutura de produção e dar continuidade ao processo de substituição. Note que as exportações ainda se configuram como um fator importante para o funcionamento da economia do país, entretanto havia deixado de ser o seu centro dinâmico, dando espaço para um aumento da participação e dinamismo da atividade interna (RODRIGUES, 1972).

Segundo Tavares (2010), por fim, o Processo de Substituição de Importações, pode ser entendido como um processo “parcial” e “fechado”. O caráter “parcial” diz respeito a manutenção de uma base exportadora precária e sem dinamismo, enquanto o caráter “fechado” a falta de expansão dos novos centros dinâmicos para o mercado internacional, ficando restritos ao mercado interno. O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e por alguns países da América Latina configurou-se como tentativa de repetir de maneira acelerada e em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

3.2 O Processo de Desindustrialização no caso brasileiro

Ao contrário do que sugere o senso comum, a desindustrialização de um país não é necessariamente um fenômeno negativo. A tendência à desindustrialização pode ser considerada como um percurso natural do processo de desenvolvimento econômico dos países capitalistas em que há mudanças nos níveis de elasticidade-renda da demanda por bens industrializados o que explica os ganhos relativos da participação do setor de serviços na renda e no emprego em detrimento da perda relativa do setor industrial (NASSIF, 2008).

Todavia, quando se trata do caso brasileiro, alguns autores defendem a ideia de que a partir da metade dos anos 1990 o processo de liberalização comercial teria reprimido a pauta de exportações brasileira. Além disso, a ausência de políticas industriais, somada a taxa de juros elevada, a falta de investimento e a taxa de câmbio sobrevalorizada se configuram como fatores

contribuintes para a desindustrialização do país. Segundo Cano (2012, p.1), a respeito da desindustrialização no caso brasileiro:

A industrialização atingida nas décadas anteriores deteriorou-se face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial. Nesse contexto, ocorre uma desindustrialização nociva que fragiliza o país e compromete sua economia. Na ausência de uma política macroeconômica consentânea com a política industrial, o desenvolvimento fica comprometido. Por sua vez, cabe lembrar que o subdesenvolvimento não representa uma etapa ou acidente de percurso, mas um processo que se inicia com a inserção no mercado internacional capitalista no século XIX e, desse processo, o Brasil ainda não se libertou.

Segundo Bresser (2008, p.7), uma taxa de câmbio competitiva é de extrema importância para o processo de industrialização e crescimento da renda per capita. A sua apreciação desmedida pode gerar um desincentivo à produção nos setores que não possuem vantagens comparativas em relação aos seus competidores, o que não prejudica de modo significativo a produção daqueles setores que possuem tais vantagens, setores estes que estão associados, em países em desenvolvimento, à abundância de recursos naturais ou mão-de-obra, mas não de tecnologia. Diante desse cenário, a produção de bens manufaturados que não está relacionado a utilização de tais recursos não seria estimulada. Em determinadas situações, este quadro pode estar associado ao processo típico de doença holandesa. Ainda sobre a análise de Bresser (2008, p. 7):

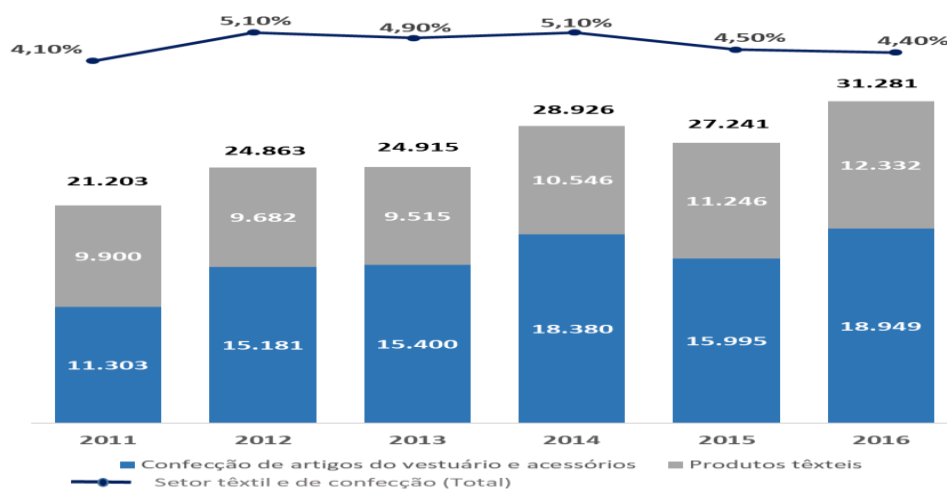
A doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico.

Existe um quadro de evidências empíricas que corroboram para a manutenção da ideia de doença holandesa no Brasil. A economia brasileira possui vantagens comparativas na produção de diversas commodities e, por consequência, tende a ser afetada pela doença holandesa. A partir de 2003, o crescimento mais intenso da demanda e dos preços relativos das commodities (comparados aos bens manufaturados), relacionado a prática de um diferencial elevado de taxa de juros interna e externa, contribuiu para a apreciação da taxa de câmbio o que agravou os impactos da doença holandesa no país (BRESSER, p.10).

4. ANÁLISE DO SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÕES FRENTE AO FENÔMENO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Podemos visualizar os efeitos estudados por meio dos gráficos a seguir.

Gráfico 1. Valor adicionado do setor têxtil e de confecções (R\$ milhões) e participação do VA na indústria total de transformação (%)



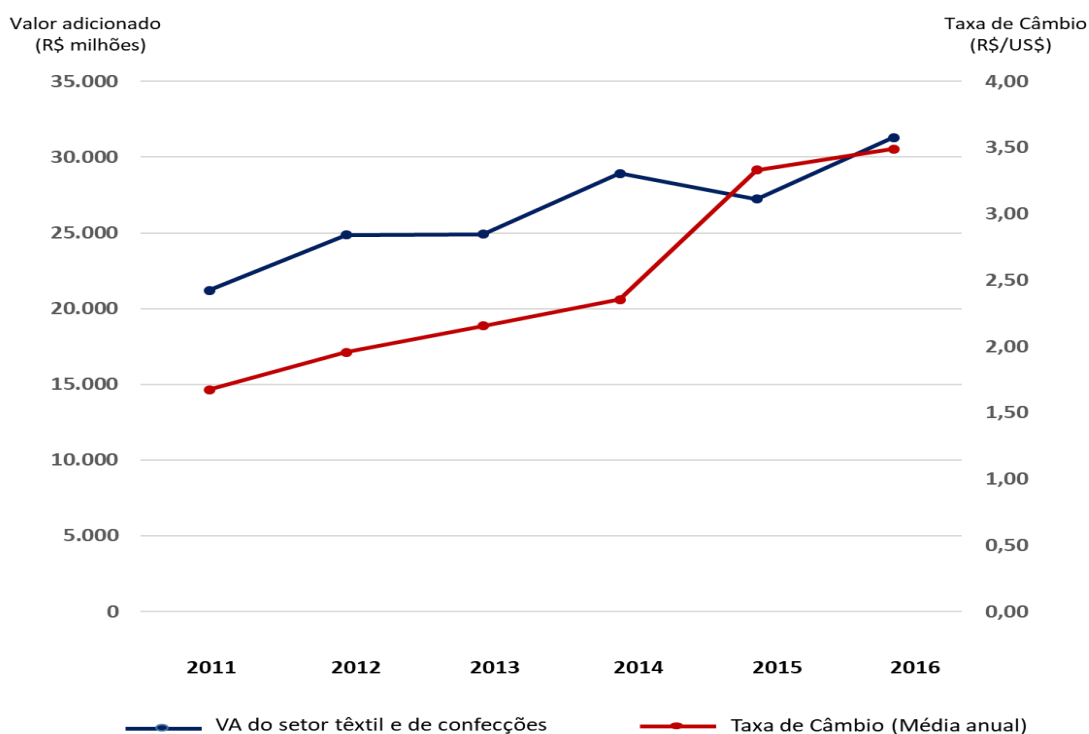
Fonte: Elaboração própria com dados da PIA. Dados de 2011 a 2016.

O gráfico 1 nos mostra o valor adicionado (VA) do setor têxtil e de confecções com base na PIA e a participação (em %) do VA do setor analisado na indústria total de transformação. Lembrando que nessa análise não é considerado o valor adicionado do setor de “Artefatos de couro e calçados” e a divisão do setor estudado entre os setores de “Confecção de artigos de vestuário e acessórios” e “Produtos têxteis” fazem parte da metodologia adotada pelo IBGE.

O gráfico 1 demonstra ainda que no período analisado houve um aumento do valor adicionado da indústria têxtil e de confecções na indústria de transformação brasileira. Houve no período uma variação positiva de 47,53% do valor adicionado do setor em análise e em relação a sua participação na indústria de transformação total, houve um aumento de 0,3 p.p.

O gráfico 2 demonstra o valor adicionado do setor têxtil e de confecções, já mostrado anteriormente, conjuntamente a média anual da taxa de câmbio brasileira no período de 2011 a 2016:

Gráfico 2. Valor adicionado do setor têxtil e de confecções (R\$ milhões) e média anual da taxa de câmbio nominal brasileira (R\$/US\$)



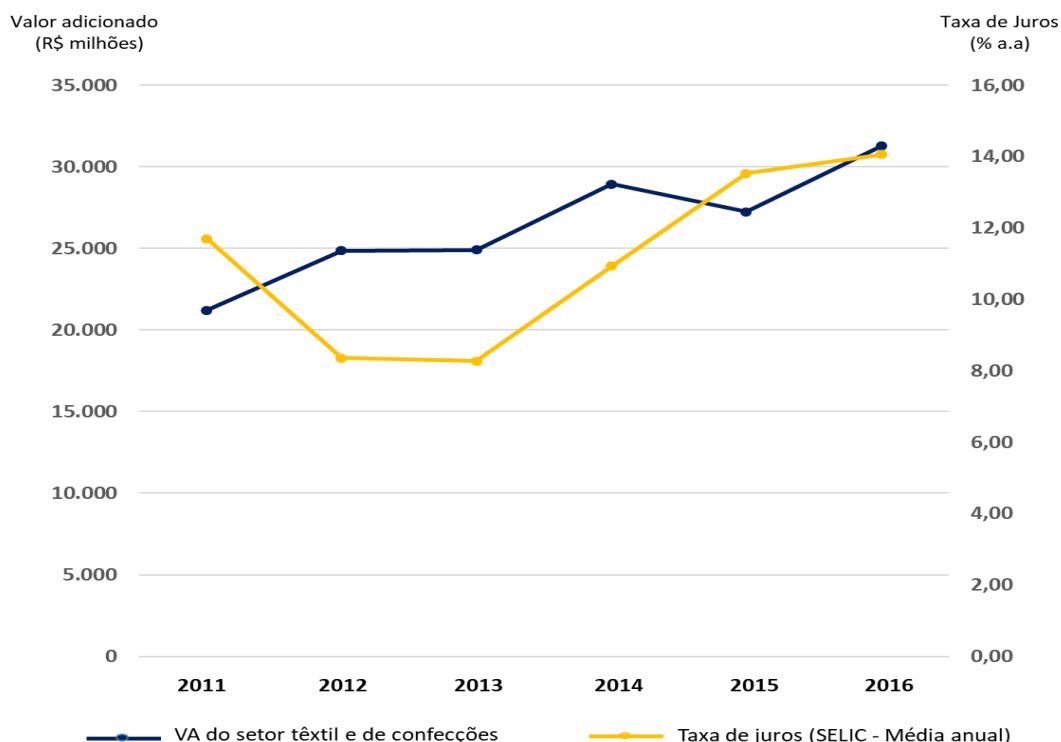
Fonte: Elaboração própria com dados da PIA e IPEA. Dados de 2011 a 2016.

Analisando separadamente as variáveis contidas no gráfico 2, é possível observar uma tendência de aumento na taxa de câmbio, ou seja, uma desvalorização da moeda brasileira ao longo dos anos. Em relação ao valor adicionado do setor, observou-se também um aumento, com exceção de 2015, onde foi observado uma queda de 5,83% do valor adicionado pelo setor em relação ao ano anterior.

Em linhas gerais, como demonstrado no gráfico 2, pode-se dizer que o aumento do valor adicionado do setor têxtil e de confecções foi acompanhado pela desvalorização da moeda brasileira, exceto em 2015, onde mesmo com a desvalorização de 41,54% da moeda brasileira, houve uma queda do valor adicionado da indústria de 5,83%, muito provavelmente ocasionado pela crise econômica do período. Essa relação proporcional entre as variáveis pode ser explicada pelo aumento de competitividade do setor no mercado internacional causada pela desvalorização da moeda doméstica.

O gráfico 3 apresenta as variáveis valor adicionado e a média anual da taxa básica de juros SELIC:

Gráfico 3. Valor adicionado do setor têxtil e de confecções (R\$ milhões) e média anual da taxa SELIC (% a.a)



Fonte: Elaboração própria com dados da PIA e Banco Central. Dados de 2011 a 2016.

A taxa básica de juros brasileira sofreu um aumento de 20,20% na relação 2016 vs. 2011, conforme demonstra-se no gráfico 3. A tendência dos aumentos sucessivos teve começo em 2013, fase inicial da última crise econômica brasileira. Esses aumentos podem ser entendidos como tentativa do Banco Central de frear o consumo das famílias diante um cenário econômico adverso, entre outros motivos.

Ao analisar as duas variáveis conjuntamente, pouca relação é possível ser compreendida. A tendência natural de uma economia com altos patamares da taxa de juros é que o setor industrial sofra diante a queda do nível de investimentos afetado diretamente pelo aumento da taxa de juros. Entretanto, essa relação não pode ser observada no gráfico acima, onde mesmo com elevados níveis da taxa de juros, o valor adicionado do setor têxtil e de confecções apresentou aumentos, deixando de fora o caso de 2015. Uma explicação viável para esse caso é o fato de o setor não ser capital intensivo, o que acaba não demandando grandes montantes de investimentos, e como foi dito anteriormente na análise do setor por meio do Modelo ECD, o setor é caracterizado por apresentar baixos níveis de investimento em tecnologia, fortalecendo essa explicação.

Por meio dos dados analisados, foi possível constatar que no período de 2011 a 2016, o setor têxtil e de confecções não apresentou evidências de desindustrialização quando consideramos as hipóteses de que a taxa de câmbio e taxa de juros brasileira são uns dos fatores causadores da desindustrialização precoce e nociva do país.

Entretanto, essa conclusão não pode ser generalizada para a indústria de transformação como um todo. A indústria de transformação é composta por uma gama de setores heterogêneos que poderiam responder de modo distinto as variáveis analisadas. Para estudar as evidências da

desindustrialização da indústria de transformação neste período, o mesmo procedimento analítico que fora aplicado para o setor têxtil e de confecções, por meio do seu valor adicionado, deveria ser feito com o valor adicionado total da indústria de transformação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor têxtil e de confecções, conforme aqui apresentado, é um dos pioneiros do processo de industrialização mundial. A indústria têxtil e de confecções brasileira, por mais que não componha parcelas significativas do PIB do país é o segundo setor que mais emprega na indústria de transformação, ficando atrás apenas do setor de alimentos e bebidas.

Diante da importância histórica e atual do setor, este artigo teve como objetivo descrever suas especificidades e construir uma breve análise frente ao fenômeno da desindustrialização. Essas análises foram feitas em três seções deste artigo, cada uma delas cumprindo com os objetivos descritos na introdução.

Na primeira seção foi feita a análise do setor diante do Modelo de Estrutura, Conduta e Desempenho. Nesta seção, podem-se fazer algumas considerações gerais sobre a oferta e demanda do setor: o setor apresenta baixos níveis de investimentos em tecnologia e seus produtos se deparam com uma demanda elástica em relação à renda. Em relação à estrutura, a indústria têxtil e de confecções possui a cadeia produtiva mais integrada do ocidente, produzindo desde as fibras até as confecções finais. No item da conduta, vimos que geralmente os preços são determinados pela interação entre oferta e demanda, uma vez que existem muitas empresas no setor. Em desempenho, destaca-se o fato de o setor possuir o quarto maior parque produtivo de confecções do mundo e ser quinto maior na produção de têxteis.

Na segunda seção foi feito um breve panorama sobre os modelos de crescimentos adotados pelo Brasil e em seguida sobre o processo de desindustrialização brasileira. Pode-se observar que o Processo de Substituição de Importações surgiu em contexto em que o Modelo Primário Exportador estava ameaçado diante o cenário de crises mundiais. O PSI tinha como objetivo passar a produzir internamente boa parte dos produtos que antes eram importados. Por meio da criação de um mercado interno, o objetivo era fazer com que houvesse a mudança no centro de dinamismo da economia brasileira. Esse foi o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil ao longo de anos e foi o responsável por consolidar a indústria no país.

No que diz respeito ao processo de desindustrialização no Brasil, foram apresentadas as análises de autores como Wilson Cano e Bresser Pereira sobre o assunto. Conclui-se que a desindustrialização observada no país, diferente daquela observada em países desenvolvidos, não decorreu do processo natural e de maturação do processo de industrialização, apesar de considerar-se outros fatores como a queda da demanda, em função do fraco desempenho econômico no período, deve-se ponderar que algumas variáveis como taxa de câmbio valorizada e taxa de juros elevada tiveram papel fundamental para uma desindustrialização precoce e nociva.

Por fim, na última seção foi possível concluir que no período analisado, quando se confronta o valor adicionado do setor têxtil e de confecções com as taxas de câmbio e juros do país no mesmo período, o setor parece não sofrer os impactos do processo de desindustrialização, falseando a hipótese inicial deste artigo.

REFERÊNCIAS

- ABIT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO- Perfil do Setor, 2017. Disponível em: <http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Último acesso em: 10 de out. de 2018.
- ARAÚJO, Elizeu Serra de. A resistência da ideologia do desenvolvimento econômico. Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2002. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1263>. Último acesso em: 20 de out. de 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico das taxas de juros. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/COPOMJUROS/>. Último acesso em: 20 de out. de 2018.
- BANCO DO NORDESTE, Caderno Setorial ETENE. Setor têxtil, 2017. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/2509338/textil_16_2017%28V2%29.pdf/063d7521-342f-e81e-232a-e251964fa1c3. Último acesso em: 15 de out. de 2018.
- BNDES, Séries Setoriais atualizada, 2017; Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch?q=Setor%20t%C3%AAxtil>. Último acesso em: 10 de out. de 2018.
- BRESSER, Luiz Carlos Pereira. Existe Doença Holandesa no Brasil?, 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNeison.Marconi.5.4.08.pdf>. Último acesso em: 07 de maio de 2018.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil, 2012. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3235&tp=a. Último acesso em: 25 de abr. de 2018.
- CARLTON, D.W. e PERLOFF, J.M. Modern Industrial Organization. Ed. Addison-Wesley, 3a Ed. 1999.
- COSTA, Shirley; BERMAN, Debora; HABIB, Roseane Luz. 150 anos da indústria têxtil brasileira. Rio de Janeiro: Senai-Cetiqt/Texto&Arte, 2000.
- DEPEC - BRADESCO, Informações Setoriais - Têxtil e Confecção, 2017. Disponível em: https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_textil_e_confeccoes.pdf. Último acesso em: 15 de out. de 2018.
- FIESP; CIESP, Panorama da Indústria de Transformação Brasileira, vol. 16, 2018. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-da-industria-de-transformacao-brasileira/>. Último acesso em: 21 de out. de 2018.
- HOBBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções. Inglaterra, 1962. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B46vjiRI8hGuOWcyeTICUHDjRDQ/edit>. Último acesso: 05 de abr. de 2018.
- IBGE. Contas Nacionais, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=o-que>. Último acesso em: 15 de out. de 2018.
- IBGE. Pesquisa Industrial Anual (PIA), Série de 2011 a 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9044pesquisaindustrial-anual-produto.html?=&t=o-que-e>. Último acesso em: 21 de out. de 2018.
- IPEA. Histórico da taxa de câmbio brasileira. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38389>. Último acesso em: 20 de out. de 2018.

LAFIS, NOVO RELATÓRIO SETORIAL, 2016. Disponível em: <https://www.lafis.com.br/lafisinstitucional/default.asp>. Último acesso em: 20 de abr. de 2018.

LAFIS, NOVO RELATÓRIO SETORIAL, 2017. Disponível em: <https://www.lafis.com.br/lafisinstitucional/default.asp>. Último acesso em: 15 de abr. de 2018.

MARTIN, S., Indústria econômica: economia e análise de políticas públicas, 2 ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 1993.

NAKATA, J. Análise da competitividade brasileira: competência empresarial ou condições sistêmicas?. TCC – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1995.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil?, 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100004. Último acesso em: 25 de abr. de 2018.

RODRIGUES, Maria Magdalena E. Mischon. A velha e a nova industrialização. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901972000300011. Último acesso em: 20 de out. de 2018.

SANTOS, D. F. Estrutura, conduta e desempenho do mercado exportador brasileiro de café cru em grão e de café solúvel. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1996.

SEBRAE, Canais de Comercialização: Cartilha Loja Virtual. Dezembro, 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ce/sebraeaz/canais-de-comercializacao-cartilha-loja-virtual,fdde1f68c8d20610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Último acesso em: 15 de out. de 2018.

SCHERER, Frederic M; ROSS, David. Industrial market structure and economic performance. 3 ed. Boston: Houghton M. Company, 1990.

SERRA, N.; ATEM, S. M. O custo da modernização do setor têxtil brasileiro. 1988. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n04/v02n04_14.pdf>. Último acesso em: 15 de out. 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. Desenvolvimento e igualdade: Homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. IPEA, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_desenvolveigualdade.pdf. Último acesso em: 20 de out. 2018